

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVI
VOLUME 25
(JUL-DEZ)
2016
PP. 133-165.

MEMÓRIAS DE UM FUZILADO NA REVOLTA DA ARMADA¹

MÁRCIA RODRIGUES GONÇALVES

Doutora em Literatura Portuguesa e Luso-Africana pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
marciarodrigues@ufrgs.br

RESUMO

Por mais que uma obra literária seja permeada de fatos reais, não se trata de um compêndio de História, mas sim de uma realidade paralela criada por um escritor. Em *O morto* (1898), de Coelho Neto, publicado cinco anos após o término da segunda Revolta da Armada (1893), Josefino Soares, o protagonista, sofre os desmandos e a perseguição da ditadura florianista tal como a vivenciaram grandes nomes da Literatura e da História do Brasil. Este artigo pretende mostrar como Coelho Neto representou esse evento que serviu de mote para perseguições políticas, prisões e deportações de pessoas públicas que não concordavam com o modo como se deu a transição do mandato de Deodoro da Fonseca para o marechal Floriano Peixoto. Por intermédio desta análise, mostra-se como um narrador de primeira pessoa, que era um cidadão comum, retratou um período despótico que desarticulou não só a sociedade carioca daquele momento, mas também a vida literária no Brasil nos primeiros anos da República Velha.

PALAVRAS-CHAVE: *O morto*. Revolta da Armada. Coelho Neto.

ABSTRACT

As much as a literary work is permeated by true events, it is not a compendium of history, but a parallel reality created by a writer. In *The Dead* (1898), of Coelho Neto, published five years after the

Second Revolt of the Armada (1893), Josefino Soares, the protagonist, suffers, as other great names of Brazilian literature and Brazilian History also suffered, the persecution and the excesses of the florianist dictatorship. This article aims to show how Coelho Neto portrayed this event which served as a motto for political persecution, arrests and deportations of public people who disagreed with the way the transition of the mandate of Deodoro da Fonseca to Marshal Floriano Peixoto took place. Through this analysis, it is shown, how a first-person narrator, who was an ordinary citizen, portrayed a despotic period which dismantled not only the society of Rio de Janeiro at that moment but also the literary life in Brazil in the early years of the Old Republic.

KEYWORDS: The Dead. Revolt of the Armada. Coelho Neto.

1 Coelho Neto, um escritor desconhecido

O Romantismo popularizou a literatura nacional por meio dos romances de Macedo e de Alencar. Com as publicações, em 1881, de *O mulato*, de Aluísio de Azevedo, e de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, a

produção literária mudou seu rumo e, conseqüentemente, tomou vulto, com o significativo aumento do público-leitor dos romances, consagrando vários outros nomes da literatura nacional. Muitos autores, desde então, são lidos e valorizados, sendo objeto de estudo de trabalhos acadêmicos ou partícipes das listas de leituras obrigatórias a concursos vestibulares. Um escritor, entretanto, não consta no rol dos mais significativos: Coelho Neto, embora tenha sido, nos últimos anos do século XIX e no início do XX, o escritor mais lido e aclamado no Brasil.

Recebeu, em 1928, sua maior consagração ao ser nomeado o Príncipe dos Prosadores Brasileiros em votação aberta ao público pela revista *O Malho*. Cultivou praticamente todos os gêneros literários e talvez tivesse sido esse seu maior erro. Tendo escolhido a literatura como profissão e dela obtido seu sustento e o de sua numerosa família, muito produzia para poder sobreviver. A hibridez de sua obra deu-se por “viver de escrever em um país em que ler sempre foi um luxo” (OLIVEIRA, 1993, p. 68).

Sua inconstância literária – permeada por diversas escolas, como o Realismo, o Naturalismo, o Parnasianismo e, até, o Simbolismo – resultou em críticas desferidas por muitos críticos literários da época e também por Lima Barreto, seu maior desafeto. Posteriormente, os partidários da Semana de Arte Moderna elegeram Coelho Neto como o paradigma da literatura artificial e verborrágica – modelo contra o qual se rebelaram. Conforme Brito Broca, “os modernistas negaram também Castro Alves, Álvares de Azevedo, Alencar, todos os românticos e os naturalistas também” (BROCA, 1958, p. 5), que foram, contudo, resgatados pelos estudiosos. Doravante os anos 1930, a vasta produção literária de Coelho Neto caiu no esquecimento do mercado editorial e, conseqüentemente, dos compêndios de literatura.

2 O príncipe dos prosadores brasileiros

Henrique Maximiano Coelho Neto nasceu em Caxias, MA, em 21/02/1864, e faleceu no Rio de Janeiro, em

28/11/1934. Tinha apenas seis anos quando seus pais mudaram-se para a Capital Federal. Em 1883, após tentar estudar Medicina em São Paulo, onde morava com Raul Pompeia, transferiu-se para Recife a fim de cursar a faculdade de Direito, sendo aluno de Tobias Barreto. Retornou a São Paulo e dedicou-se ardentemente às campanhas abolicionista e republicana. Em 1885, desistiu do bacharelado e voltou ao Rio de Janeiro.

Coelho Neto estreou na imprensa com um poema de expressão abolicionista No deserto, publicado no Jornal do Commercio em 17 de dezembro de 1881, “em meio às colunas do ‘A pedidos’” (PEREIRA, 2000, p. 1). Na ocasião, contava o Autor dezessete anos e, por ser paga essa coluna, renunciava-se a dificuldade de ser um literato de renome. Dois anos depois, divulgou artigos, poemas e contos no quinzenário abolicionista Onda (SP), que contava com outros jovens acadêmicos abolicionistas, “formando uma identidade combativa com os demais colegas” (PEREIRA, 2000, p. 14). Em 1889, dirigiu com Pardal Mallet e Paula Nei, O Meio; social, político, literário e artístico, que durou 14 números e foi suspenso por disposição

do governo republicano provisório, que julgou a gazeta subversiva; no mesmo ano, publicou o livro *O meio*, uma compilação dos textos de sua autoria nesse periódico (COELHO NETO, 2007, p. 43).

Em 1890, casou com Maria Gabriela Brandão – dona Gabi – com a qual teve quatorze filhos. Foi seu padrinho de casamento o próprio Presidente da República, Deodoro da Fonseca. Compareceram outros tantos nomes ilustres como Machado de Assis, Olavo Bilac e Aluísio de Azevedo. Desde então, adotou posicionamento menos proativo quanto às questões políticas, pelas necessidades financeiras à sobrevivência de sua família muito numerosa.

Seu primeiro romance foi *A capital federal* (1893) – publicado primeiramente em folhetim em *O país* (RJ). O Autor produzia, muitas vezes, mais de duas publicações por ano. Em 1897, a ABL foi fundada e Coelho Neto tomou posse da cadeira número dois, cujo patrono é Álvares de Azevedo – poeta que era parente de sua esposa, dona Gabi (COELHO NETO, 2007, p. 46). O ano de 1898 foi muito produtivo, totalizando dez

títulos, com destaque para o romance *O morto*, primeiramente publicado como folhetim na *Gazeta de Notícias* (COELHO NETO, 2007, p. 47).

Segundo Octávio de Faria, a fortuna crítica de Coelho Neto é composta por 112 volumes publicados, cinco inéditos, quatro não terminados e nove considerados perdidos (FARIA, 1958, p. 121). Paulo Coelho Neto, filho do Autor, contabilizou dados ainda mais surpreendentes:

Coelho Neto escreveu 120 volumes, mas se lhes adicionassem todas as crônicas e artigos diversos publicados nos jornais do país e do estrangeiro – aproximadamente 8.000 – aquele número oscilaria entre 280 e 300. Suas improvisações, que orçavam 3.000, segundo cálculos do próprio escritor, dariam matéria para mais 100 volumes contendo cada um 30 trabalhos. Ele deixou apenas 120 obras, quando poderia ter acumulado cerca de quatrocentas (COELHO NETO, 1942, p. 143).

3 Um cenário nada animador

O romance *O morto: memórias de um fuzilado* (1898) foi publicado dez anos após a abolição da escravatura e cinco da Revolta da Armada (1893), capitaneada por Custódio de Melo. Esse evento é o pano de fundo histórico do romance, momento em que o país entrou em estado de exceção e muitas prisões políticas ocorreram, inclusive a de vários intelectuais que se opuseram ao governo do Marechal Floriano Peixoto. Nessa obra, encontram-se muitas semelhanças com episódios reais vivenciados por Coelho Neto e seus amigos.

Conforme Herman Lima (1958, p. 25):

O morto vale, na verdade, como convite por demais atraente à aproximação do verdadeiro Coelho Neto, aquele que conseguiu sobrepair a todos os excessos da mais errônea concepção estética da arte literária, na afirmação de um escritor autêntico, lúcido e plástico, de um

poderoso sentido de captação de emoções, ao registro dos acontecimentos paralelos à vida das personagens.

Segundo José Maurício Gomes de Almeida (1994, p. 7), *O morto* “constitui uma obra equilibrada e estilisticamente sóbria, capaz de desacreditar a imagem simplificadora de verbalista vazio a que se tem pretendido reduzir o autor”; contudo, para que se possa entender com clareza do que trata o romance, faz-se necessária uma contextualização dos fatos que contribuíram para a insurreição da Marinha, tentando desbaratar o Exército, que tomara o poder. Durante o Segundo Império, a economia do Brasil progrediu significativamente, sendo o café o principal produto de exportação, substituindo as lavouras anacrônicas e obsoletas de açúcar e de algodão. A Guerra do Paraguai (1864-1870) e seus custos, a interrupção do tráfico negreiro e a consequente abolição foram eventos que desacomodaram os grandes produtores rurais. Pediam mudanças que o Imperador não conseguia atender e

acompanhar. Tornou-se inevitável a destituição de Pedro II e a mudança do formato de regime.

Para José Murilo de Carvalho, em *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* (2005), a transição do Império para a República tentou trazer o povo para o cenário da atividade política. “A República, na voz de seus propagandistas mais radicais, como Silva Jardim e Lopes Trovão, era apresentada com a irrupção do povo na política” (CARVALHO, 2005, p. 11).

Após a abolição da escravatura, a grande amizade que se formara entre José do Patrocínio e o grupo retratado em *A conquista* (1899) arrefeceu porque Zé do Pato consagrou à princesa Isabel os méritos da libertação dos escravos, descontentando os escritores-jornalistas que o ajudaram a promover e a disseminar as ideias antiescravocratas; o jornal *A Cidade do Rio*, então, perdeu sua importância. Patrocínio entrou em conflito com os defensores da República, especialmente com aqueles que denominava “republicanos de 14 de maio”, em uma alusão à mudança de atitude de alguns em relação à

monarquia. Acusava esse grupo de tentar preservar seus privilégios, abandonando os ideais republicanos, e respaldar os projetos que concediam uma indenização aos antigos senhores por causa do término do cativeiro. Na manhã de 15 de novembro, consagrou-se o levante chefiado por Deodoro da Fonseca, porém Patrocínio, antigo orador, viu o povo voltar-se contra ele, que cedeu, apoiando a República (E-BIOGRAFIAS).

Alguns dos componentes do grupo de *A conquista* engendrariam um novo projeto, a publicação do periódico *O Meio*, onde defenderiam, “além da alteração de regime político, [...] uma revolução de cunho social [...] a república [...] as bandeiras de Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (SILVA, 2001, p. 105). Coelho Neto, Pardal Mallet e Paula Nei faziam parte da direção do jornal, pois não concordavam com as atitudes do partido republicano que firmara aliança com os escravagistas, os quais queriam indenização pela perda dos escravos. Ao mesmo tempo, os intelectuais que idealizaram a República adotaram as ideias positivistas – defendidas por Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva – tão em voga naquele

momento. Esses três escritores lutavam por um modelo particular de república, diferentemente do que estava se desenhando ao país, argumentando que o Positivismo era “estéril e distante da realidade nacional” (SILVA, 2001, p. 112).

Quando Coelho Neto publicou sua primeira obra, um livro de crônicas (O meio), em 1889, Lima Barreto (1881-1922) contava apenas oito anos. Apesar da distância temporal entre os dois autores e da rixa pessoal de Lima Barreto com Coelho Neto, alguns anos depois o romance O triste fim de Policarpo Quaresma (1911) também traria críticas ao Positivismo que se infiltrava no país por intermédio dos militares. Lima Barreto igualmente não concordava com esse sistema filosófico, afirmando que tinham:

[...] os adeptos desse nefasto Positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassínios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, lá diz ele, ao progresso (BARRETO, 1994, p. 118).

Pardal Mallet tinha secretariado a Cidade do Rio, de José do Patrocínio, mas, por não concordar com a postura monárquica de Patrocínio, fundou o jornal A Rua, dirigindo-o ao lado de Luís Murat, Olavo Bilac e Raul Pompeia. Por ter temperamento exaltado, tentou restabelecer, no Brasil, o costume do duelo. Chegou a duelar com o seu maior amigo, Olavo Bilac, que se realizou, sem testemunhas, com floretes. Ficou ferido, mas logo a seguir os dois se reconciliaram no local (ABL).

Coelho Neto, Pardal Mallet e Paula Nei, visionários, exaltavam a libertação da mulher, ou seja, que os direitos fossem iguais para todos. A cidade do Rio de Janeiro serviu como cenário exemplar para essas inovações, em todos os segmentos sociais, porque “as cidades foram tradicionalmente o lugar clássico do desenvolvimento da cidadania [...] Nelas se tornou possível a libertação do poder privado dos senhores feudais” (CARVALHO, 2005, p. 12). Apropriando-se do momento propício para mudanças, Pardal Mallet publicou, em 1894, o opúsculo Pelo divórcio!, quando as ideias

conservadoras naquele momento, no meio brasileiro, repeliam qualquer inovação nesse sentido.

[...] as motivações que os fizeram se bater contra a escravidão há alguns anos parecia traduzir-se agora na defesa da emancipação feminina. Capazes de votar, advogar e legislar, as mulheres eram vitimadas por um sistema arcaico e decadente representado pelo regime monárquico e suas instituições, que com seus entraves de “coisa falida” negava-lhes a cidadania prescrita na lei (SILVA, 2001, p. 115).

A República foi instaurada pelas mãos do Exército, que se fortalecera durante a Guerra do Paraguai. Lopez (1990, p. 22) afirma que “os militares desejavam maior chance de ascensão social e vieram a ser o braço armado na implantação do regime republicano”. Deodoro da Fonseca, primeiro presidente,

despreparado para dialogar com as elites políticas, revelou-se um gestor desligado dos anseios de emergentes grupos urbanos progressistas. Isolado, fechou o Congresso em 1891. A Marinha – que se ressentia de seu antigo prestígio da época imperial e não podendo reavivar a Monarquia extenuada – colocou o Rio de Janeiro sob ameaça de bombardeio (LOPEZ, 1990, p. 26), solidarizando-se com os que criticavam as arbitrariedades do novo governo. Diante da ameaça de uma guerra civil, Deodoro renunciou e foi substituído por Floriano Peixoto, o Marechal de Ferro.

Durante o mandato de Deodoro, havia muita insatisfação quanto à troca do regime pelo sentimento de que a vida do país pouco mudara. Dias antes de renunciar, em 03 de novembro de 1891, o Presidente,

em mais de uma de suas atitudes intempestivas e autoritárias, dissolvera o Congresso Nacional. [...] As relações entre o presidente e o Congresso azedaram-se desde antes de sua eleição indireta para a Presidência da República,

em 25 de fevereiro daquele ano (GOMES, 2013, p. 345)

Deodoro, então, destituiu o Congresso e instalou o estado de sítio. Vários opositores foram presos, resultando em uma onda de protestos pelo país. Simultaneamente, Júlio de Castilhos, positivista, governador do Rio Grande do Sul, foi deposto por uma junta governista. “Na manhã do dia 23 de novembro, o almirante Custódio de Mello ameaçou bombardear a cidade caso Deodoro não voltasse atrás nas suas decisões. O impasse durou algumas horas, sem que um só tiro fosse disparado” (GOMES, 2013, p. 346); era a primeira Revolta da Armada. Estando a situação fora de controle e por estar adoentado, no mesmo dia Deodoro renunciou.

4 Os desmandos do Marechal de Ferro

Assumindo como vice-presidente, título que nunca deixou de utilizar, Floriano Peixoto governou o país

despoticamente, tendo recebido a alcunha de Marechal de Ferro. Era perseguido quem fosse contrário às suas atitudes, ou ainda, desejasse a restauração monárquica ou fizesse críticas à forma como fora conduzida a sucessão de Deodoro da Fonseca. Tendo como base o modelo positivista, os militares mantinham a ordem com a espada. A Marinha, por sua vez, não aceitou os marechais. No período monárquico, as forças navais eram as preferidas do Imperador, e o Exército era relegado a segundo plano. Com a proclamação da República, os papéis inverteram-se, e a Marinha foi preterida.

Floriano afastou os aliados de Deodoro e trocou os governadores por interventores. O então governador do Rio de Janeiro, Francisco Portela, em 1891, havia empregado alguns intelectuais no serviço público, mas sua saída gerou suas demissões por retaliação e, ainda, com a suspeita de que se locupletavam com os cargos ocupados:

Coelho Neto (já casado) assumiu a Secretaria do Estado do Rio de Janeiro; Olavo Bilac foi nomeado oficial maior da Secretaria do Interior

do Estado; Aluísio de Azevedo, oficial da Fazenda e Pardal Mallet, arquivista. Além disso, o governador havia apoiado e patrocinado a candidatura de Luís Murat a deputado. Quando o comandante Baltazar da Silveira – indicado por Floriano – assumiu, demitiu os escritores nomeados (SILVA, 2001, p. 144).

O mandato de Floriano Peixoto foi tenso e violento. Encontrou muita resistência das lideranças republicanas, que não o aceitavam, acusando-o de ter assumido a presidência por meio de um golpe militar. Concomitantemente, havia oposição da Marinha e uma crise política no Rio Grande do Sul que logo se converteria em guerra civil. O “vice-presidente” forçou novamente o Congresso a encerrar seus trabalhos, governando o país sob estado de sítio, mandando prender e deportar os opositores. O país esteve prestes a dividir-se, e muitos brasileiros perderam a vida em defesa de suas paixões políticas (GOMES, 2013):

Grande parte da oposição a Floriano dizia respeito à legitimidade de seu governo. [...]

Como Deodoro renunciara ainda no primeiro ano de seu mandato, teoricamente caberia a Floriano convocar novas eleições de imediato. O marechal ignorou solenemente a disposição constitucional e se manteve firme no cargo por mais três anos. [...] De forma precavida, usou sempre, até o último dia de mandato, o título de vice-presidente (GOMES, 2013, p. 355).

O segundo presidente também não obteve consenso. O Rio Grande do Sul ficou insatisfeito com a imposição de um novo presidente, Júlio de Castilhos. O embate entre o líder indicado e Gaspar Martins (pica-paus e maragatos, como foram denominadas as facções opostas) culminou com a Revolução Federalista (LOPEZ, 1990). Lopez (1990, p. 27) sublinha que

a Marinha acreditou ter sua oportunidade quando Floriano Peixoto assumiu o poder. A verdade é que o comandante Custódio de Melo superestimou sua força quando do

pronunciamento que resultou a queda de Deodoro.

Como não obteve eco em suas solicitações e ainda descontente, essa Força Armada decidiu apoiar o movimento federalista e reagiu com a Revolta da Armada em 1893. Navios brasileiros, como o Aquidaban, bombardearam a Capital Federal em 1893:

Ao amanhecer o Aquidaban embandeirou em arco e toda a esquadra revoltada içou a bandeira nacional no topo do mastro grande em comemoração à data de 7 de setembro. Depois das 7 da manhã, do cais do Arsenal da Marinha começou-se a observar os movimentos da torpedeira Marcílio Dias, que por diversas vezes chegava à fala aos navios estrangeiros, naturalmente para parlamentar, e do cruzador República, auxiliado por diversas lanchas, para o ancoradouro dos paquetes de Lloyd, onde, depois de apreender diversas embarcações pequenas, começou a apoderar-se dos vapores

ali fundeados, os quais eram conduzidos para junto da esquadra revoltada, por diversos rebocadores. O Júpiter foi tirado do lugar em que estava e incorporado à esquadra, encarregando-se desse trabalho o 1º tenente Camisão de Mello (JORNAL DO COMMÉRCIO, 1893).

O governo de São Paulo apoiou econômica e militarmente Floriano Peixoto, e essa aproximação com a Metrópole do Café resultou em novos navios e armas, que derrotaram a insurreição da Marinha (NOSSO SÉCULO, 1980). Nas eleições seguintes, no entanto, São Paulo cobrou o auxílio. Prudente de Moraes, primeiro presidente paulista civil, foi eleito por voto popular, representando o poderio do café. Segundo Néelson Werneck Sodré (1988, p. 430), “a ideia republicana não apareceu por acaso em São Paulo, onde alterações no campo já tinham atingido etapas importantes”.

5 A insatisfação publicada em jornais

Os escritores continuavam sua faina, escrevendo mais do que nunca, após suas demissões, para sobreviver. A pena continuava como arma, porém, doravante, para criticar os desmandos do “vice-presidente” e o desligamento dos cargos públicos que ocupavam, justificado por indícios de corrupção: “Ligado a Francisco Portela, governador do Rio de Janeiro, Mallet entendia que Floriano agia de forma ilegal, depondo os governadores” (SILVA, 2001, p. 144).

Um dos periódicos que se insurgiu foi o jornal O Combate (fundado em 1892), cujos “artigos incendiários foram um dos principais divulgadores da tese que declarava a ilegalidade da presidência de Floriano” (SILVA, 2001, p. 9). Faziam parte do grupo de redatores Olavo Bilac, Pardal Mallet e Lopes Trovão. Era um jornal de oposição por excelência. Os redatores lançavam críticas ferozes a Floriano Peixoto, baseando-se na posição ilegal que o presidente ocupava (SILVA, 2001, p. 132), pois a República com a qual sonhavam era uma realidade, mas não nos moldes idealizados por esses intelectuais (SILVA, 2001, p. 137).

Apesar do estremecimento da amizade dos escritores com Patrocínio, a oposição a Floriano uniu novamente Bilac e Mallet ao antigo líder. Mallet contava também com o aval de Rui Barbosa, figura ilustre e respeitada, que, da mesma forma, tentava legitimar a campanha para a convocação de novas eleições (SILVA, 2001, p. 165). Ao mesmo tempo, a retaliação à imprensa acirrava-se. Alguns dias antes do retorno de Patrocínio da Europa, a redação de A Capital sofrera violenta represália das forças policiais; soldados apreendiam as folhas de jornal das mãos das pessoas que as liam, na Rua do Ouvidor. No mesmo dia em que A Capital sofreu a apreensão de sua tiragem, O Combate foi visitado por outro chefe de polícia, acompanhado por alguns soldados. A alegação era de ajudar os escritores, pois o jornal seria invadido (SILVA, 2001, p. 158-159).

O assalto à redação de A Capital e a ronda policial feita a O Combate concretizaram os constantes boatos de ataques às oficinas dos jornais de oposição. Temendo por suas vidas e pela destruição do patrimônio por grupos simpáticos à política

florianista – os jacobinos –, conforme os nomeava Mallet (SILVA, 2001, p. 148), os redatores pernoitavam no escritório da folha, instalado no mesmo prédio onde ficava a tipografia (SILVA, 2001, p. 159). Os artigos de fundo de Pardal Mallet atraíram para si e para os demais redatores de O Combate a fama de conspiradores (SILVA, 2001, p. 152).

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, após a posse de Júlio de Castilhos, interventor positivista indicado por Floriano Peixoto, o caudilho Gumercindo Saraiva deixou seu refúgio no Uruguai e invadiu o Rio Grande do Sul. Acuado, Júlio de Castilhos convenceu o presidente de que o levante federalista não era apenas uma guerra de gaúchos, mas uma tentativa de restauração da Monarquia chefiada por Silveira Martins (GOMES, 2013).

Outro episódio desestabilizou o governo federal, pois treze generais – dentre os quais o pai de Pardal Mallet –, em um manifesto, condenaram a troca dos governadores por interventores e exortavam o vice-presidente a obedecer à Constituição, convocando novas eleições (SILVA, 2001). O

resultado foi a reforma de onze dos treze generais e o rebaixamento de dois à segunda classe (SILVA, 2001). Por tomarem partido das ideias defendidas pelos generais, os redatores de O Combate foram acusados posteriormente de terem participado diretamente das articulações contrárias ao governo de Floriano (SILVA, 2001).

Foi marcada uma manifestação em frente à sede do governo federal, aonde foram os generais e vários intelectuais. Na mesma noite, a polícia prendeu Pardal Mallet, Olavo Bilac, Plácido de Abreu e Jacques Ourique, procurando José do Patrocínio no escritório da Cidade do Rio (SILVA, 2001). Em 11 de abril, Floriano decretou estado de sítio por 72 horas e suspendeu as garantias constitucionais pelo mesmo período:

Oficializou, ainda, várias prisões e desterrava, para o Estado do Amazonas, 45 civis e militares pelo crime de conspiração. Dentre eles estavam seis generais que assinaram o manifesto, Pardal Mallet, José do Patrocínio, Plácido de Abreu, Jacques Ourique, entre outros (SILVA, 2001, p. 171).

Na ausência dos redatores de O Combate, Luís Murat assumiu o jornal. Bilac foi preso na Fortaleza do Lage e Mallet desterrado junto com José do Patrocínio para a Amazônia (SILVA, 2001, p. 9). Gomes (2013, p. 365) complementa que “partidários de Floriano organizaram os chamados batalhões patrióticos, milícias compostas de voluntários civis e militares dispostos a defender a jovem República brasileira”, mas em agosto de 1892, “foi aprovada pelo Congresso e assinada por Floriano a anistia dos presos políticos. Olavo Bilac foi libertado ainda em agosto; Patrocínio e os outros que estavam na Amazônia desembarcariam no Rio de Janeiro no mês seguinte” (SILVA, 2001, p. 190-191). Em 1895, o jornal A Cidade do Rio reabriu; em 1902, deixou de circular

Os problemas de gestão avolumavam-se. Contribuindo às dificuldades, o almirante Custódio José de Mello rompeu, em 03 de setembro 1893, com o governo federal. Tinha planos de candidatar-se à presidência da República e contava com a aprovação de um projeto na Câmara que incompatibilizaria Floriano de concorrer na próxima sucessão, “mas o pedido

recebeu veto do próprio Marechal”. O veto de Floriano foi sancionado em 05 de setembro de 1893 e, no romper do dia seguinte, foi deflagrada a Revolta da Armada em nome da Constituição e da República (SILVA, 2001, p. 194). Na madrugada de 06 de setembro, a bordo dos navios de guerra, os canhões voltaram-se para a baía da Guanabara, ameaçando bombardear a cidade se Floriano não entregasse o cargo (SILVA, 2001, p. 194). Segundo José Murilo de Carvalho (2005, p. 22), “por seis meses a esquadra rebelada bloqueou o porto e bombardeou partes da cidade, causando pânico, deslocamentos maciços da população para os subúrbios, ameaças de saques”.

Temendo nova represália, pois um novo estado de sítio era iminente, Olavo Bilac fugiu para Ouro Preto, e José do Patrocínio refugiou-se na casa do sogro: “Com a aprovação do Senado, Floriano decretou o estado de sítio em 10 de setembro” (SILVA, 2001, p. 196). Outros intelectuais não seriam poupados, por isso Guimarães Passos, que tinha sido recrutado à força para servir ao Exército, conseguiu sair do quartel a

pretexto de ir ao alfaiate. Havia, no entanto, um plano arquitetado com Luís Murat, com quem alugou um bote e os dois juntaram-se aos revoltosos, a bordo do Aquidaban. “Desse navio, embarcaram em outro que os levou para Curitiba e, posteriormente, a Buenos Aires, onde se exilaram até meados de 1894, quando se deu o fim do conflito” (SILVA, 2001, p. 198).

Luís Murat foi julgado e absolvido por unanimidade no Paraná. Fez parte do governo revolucionário instalado no Paraná, e lutou contra Floriano Peixoto. Vencida a revolta, conseguiu fugir. Exilou-se em Buenos Aires durante 18 meses. Lá colaborou nos jornais *La Nación* e *La Prensa* e fez conferências sobre temas literários relacionados ao Brasil (ABL).

Seu artigo, *Um louco no cemitério*, atacando frontalmente Raul Pompeia, por seu discurso no enterro de Floriano, foi, supostamente, a causa imediata do suicídio do autor de *O Ateneu*, no dia de Natal de 1895 (ABL):

Em uma das homenagens a Floriano Peixoto, em 1895, Pompeia fez um discurso inflamado em defesa da memória do recém-falecido ex-presidente, o que lhe rendeu a demissão do cargo de diretor da Biblioteca Nacional. Inspirado pelo caso, o jornalista e poeta Luiz Murat escreveu o artigo *Um louco no cemitério*, criticando Pompeia por sua conduta. Acredita-se que o texto de Murat – publicado no jornal *O Commercio de São Paulo*, em 16 de outubro de 1895 – teria contribuído para o suicídio de Pompeia, no Natal daquele ano (JESUS, 2014, p.).

Rui Barbosa, que se ligara ao Jornal do Brasil, igualmente publicava editoriais, pressionando a convocação de novas eleições. Sabendo da saída engendrada por seus amigos intelectuais e do risco que também corria, fugiu para a Argentina. “Nos principais periódicos de Buenos Aires passou a publicar artigos contra o governo do Marechal de Ferro” (SILVA, 2001, p. 199).

Floriano venceu a Segunda Revolta da Armada pelo cansaço durante os seis meses que durou o impasse. No Sul, o general Wandenkolk – Ministro da Marinha do Governo Provisório – tentou sem sucesso tomar a cidade de Rio Grande, sendo rechaçado pelas forças florianistas. Enquanto isso, Gumercindo e suas tropas tentavam avançar rumo a São Paulo e ao Rio de Janeiro, mas o comandante foi morto em 1894. Em 23 de agosto de 1895, um armistício colocou fim à Revolução Federalista, quando assumiu Júlio de Castilhos, sucessor de Borges de Medeiros (GOMES, 2013).

Coelho Neto era amigo de longa data de Pardal Mallet, Olavo Bilac, José do Patrocínio e Luís Murat. Desde 1892, escrevia regularmente em *O Paiz*. Excluído da administração pública junto com os colegas depois da deposição de Francisco Portela, voltou para o trabalho nos jornais: “o necessário à manutenção de seu pequenino lar”, como contaria posteriormente em *Fogo fátuo*. Complementa Silva (2001, p. 184):

Diferentemente dos antigos colegas das lutas abolicionistas e republicanas, adotava uma

postura cautelosa. A prisão de Bilac e o desterro de Mallet e José do Patrocínio mostraram o acerto da prudência de Coelho Neto. *O Paiz* colocava-se à frente entre os defensores de Floriano.

Continuava a publicar suas crônicas, assinadas por “N”, na coluna Bilhetes Postais, do jornal *O Paiz*. Por meio de linguagem metafórica, escrevia às senhoras, garantindo, dessa forma, sua sobrevivência e chamando pouca atenção dos florianistas mais exaltados. Conforme Ana Carolina Feracin da Silva, sob a voz de “N”, Coelho Neto “se mostrava neutro em relação à Revolta e pouca alusão fazia ao conflito propriamente dito” (SILVA, 2001, p. 200). Complementa a autora:

O recurso do tom ameno e frívolo com o qual o escritor construía sua coluna naqueles anos acabou lhe permitindo uma razoável liberdade crítica durante os momentos de conflitos mais intensos, mantendo assim um espaço próprio de sobrevivência e expressão política na imprensa (SILVA, 2001, p. 10).

Apesar de não ter sido um escritor político no sentido estrito da palavra, Coelho Neto montou um retrato da sociedade carioca que vivenciou a angústia de uma guerra civil no final do século XIX. Compôs um mosaico de desventuras em uma só pessoa, cercando-a de personagens que encontram dramas semelhantes às quais passaram seus amigos mais chegados. O Autor, portanto, escreve um texto ficcional com o intuito de olhar para uma sociedade e mostrá-la aos que não participaram do evento. A proposta narrativa de Coelho Neto influenciou a recepção do texto, pois alguns se reconheciam nele; outros acreditavam que assim tivesse realmente acontecido. Pode-se dizer, no entanto, que esse romance é uma forma ingênua e satirizada de mostrar um acontecimento seminal da história do país.

6 Morto?

Em o romance *O morto* (1898), Josefino Soares (nascido em junho de 1863) narra a história de sua vida, abruptamente

modificada por um acontecimento singular. Tal como Josef K, em *O processo*, de Franz Kafka, guardando as proporções, o protagonista vê-se repentinamente imbricado sem acusação formal na Revolta da Armada, episódio envolvendo a Marinha e o então presidente Floriano Peixoto.

A narrativa inicia-se com Josefino escrevendo suas memórias quando de sua estada no “remoto desterro” ao mesmo tempo em que “a metralhadora arrasava a terra hospitaleira onde [...] meu pai celebrou, contente, o natal do seu primeiro filho, que sou eu” (COELHO NETO, 1994, p. 3). Esse introito remete ao exílio a que foi compungido o narrador quando da Revolta da Armada, ocorrida no Rio de Janeiro no período de 1892 a 1893.

Na primeira linha do parágrafo inicial do romance, o narrador se apresenta: “Meu verdadeiro nome é Josefino Soares”, subentendendo haver um codinome. Na sequência, acrescenta que “o leitor achará nestas páginas simples, que, vagarosamente, escrevi à sombra de árvores”, o motivo do incógnito e da barba ruiva que deixara crescer (COELHO

NETO, 1994, p. 3). O narrador chama, nesse instante, o leitor à narrativa, tentando convencê-lo de que se trata de um fato verídico. Conforme Regina Zilberman (2012, p. 222-223):

O memorialismo fictício supõe a elaboração de uma obra que, de um modo ou de outro, simula a produção de um livro de memórias em que a personagem relata os principais acontecimentos de sua vida, desde o princípio até um final qualquer, quando cessam, por alguma razão, as atividades do protagonista e narrador.

Doravante, inicia suas memórias, partindo de seu nascimento. A narrativa segue em ordem cronológica até alcançar, no capítulo XXII, o momento e o local onde escreveu suas primeiras linhas. Conta ao leitor que fora um bebê frágil, trazido ao mundo pelas mãos de sua tia, irmã de sua mãe, em uma casa desprovida de luxo. A infância transcorria tranquilamente até o momento em que seu pai faleceu, deixando a família (composta por ele, sua mãe e sua tia) em grande desolação e em difícil situação financeira. Em virtude do falecimento do pai, Josefino não pôde ser médico: “[...] porque

o meu maior desejo, em pequeno, era ser parteiro [...] se meu pai não tivesse aparecido, uma manhã, duro e frio no leito, a boca aberta escorrendo espuma, a cara manchada de roxo [...] apoplexia” (COELHO NETO, 1994, p. 10). Essa fatalidade interrompeu os sonhos de Josefino, então com quatorze anos e sem ter completado os “três preparatórios” (p. 12).

Em virtude da virada em seu destino, Josefino começou a estudar à noite, ao mesmo tempo em que se empregou em um escritório que comercializava café: Luís Farinha & Cia, Comissários de Café, na Rua dos Pescadores, na então Capital do país, Rio de Janeiro. Nesse local trabalhou com dedicação e, quando perfez quatorze anos de serviço, foi promovido à “escrita” da empresa, tendo, doravante, uma vida financeira mais equilibrada e conquistando a confiança de seu chefe, Luís Farinha, português.

Nesse ínterim, Josefino tomou conhecimento do Politeama, onde “se apinhava grosso populacho sofrido a bradar” (COELHO NETO, 1994, p. 15). Nesse local, oradores da propaganda abolicionista expunham as mazelas e as agruras

da vida dos escravos. O narrador relata que “não se alistou na falange dos defensores da raça oprimida” em virtude de ser convidado a pegar em armas, “para a campanha santa” (p. 16). Quando Luís Farinha ouviu-o “gabar, com delírio, um dos oradores do Politeama”, quis saber se “eu era também arruaceiro, como essa corja da abolição” (COELHO NETO, 1994, p. 16): “O tema [da escravidão], que até então era sistematicamente evitado em discussões públicas, de repente ganhou as praças e ruas de todo país. Clubes antiescravistas começaram a brotar em ritmo acelerado em todas as províncias” (GOMES, 2013, p. 215).

Conforme Laurentino Gomes, mesmo com o advento da Lei do Ventre Livre, os fazendeiros não entregavam os filhos dos escravos aos tutores oficiais, certidões de nascimento eram fraudadas com a conivência dos párocos locais, alterando as idades das crianças nascidas após a assinatura desse documento (GOMES, 2013). Sendo ligado ao comércio do café, consequentemente relacionando-se com os grandes produtores rurais, escravocratas, a Luís Farinha não era interessante a

libertação dos escravos. O próprio Josefino denomina o futuro sogro de “capitalista sisudo” (COELHO NETO, 1994, p. 19).

Em virtude de seu crescimento profissional, Josefino passou a frequentar a casa do chefe, onde conheceu a linda Anália, “filha única do casal”. Foi apresentado à moça pelo pai: “Este é o Josefino, disse, ajuntando com ironia: ‘o republicano’” (COELHO NETO, 1994, p. 19). Conquistando a família por seu comportamento correto, ficou noivo da moça e os preparativos para as núpcias começaram. Tudo indicava que seria o sucessor de Farinha na empresa, aliando o amor ao sucesso nos negócios.

Em uma manhã de setembro de 1893, no entanto, “inúmeras granadas já haviam estourado em diferentes pontos da cidade, arrasando quarteirões inteiros” (COELHO NETO, 1994, p. 23) – era a Revolta da Armada que iniciava. Mal sabia o narrador que sua vida viraria sobremaneira após esse episódio. Josefino lia nos jornais relatos que apavoravam a mãe e a noiva:

[...] que estavam a fazer fogo do mar para a terra; que já havia um mundo de mortos nas ruas [...] Custódio tomara conta dos navios; [...]

estava no Aquidaban; mandara intimar o vice-presidente a resignar o poder; que tinha munições de guerra e de boca para dois anos e que estava disposto a arrasar a cidade (COELHO NETO, 1994, p. 23).

No auge do conflito, enquanto Josefino dirigia-se ao escritório, passou por muitos populares nas ruas. O clima era de terrorismo, as informações eram desencontradas: “Então nós é que havemos de ser as vítimas?” “Que o governo devia ceder”. “Que o Custódio estava no Aquidaban; que mandara intimar o vice-presidente a resignar o poder”. A frase mais emblemática “Mas o que o povo tem com a política?” demonstra que a população não conseguia entender as consequências danosas da permanência do ditador Floriano no poder e os motivos que culminaram no conflito (COELHO NETO, 1994, p. 25-26).

Segundo Josefino, a cidade emigrava para os arrabaldes, “pequenos levavam gaiolas, e cães seguiam os bandos, como em partida definitiva, no abandono de uma cidade assolada pela peste [...]. Batiam às portas das casas pedindo um abrigo; mães desoladas mostravam criancinhas” (COELHO NETO, 1994, p.

51). A Capital, portanto, na visão do protagonista, estava imersa no caos, com muitas mortes, fugas desesperadas e vários bombardeios. É importante ressaltar que se está diante de um narrador de primeira pessoa, que participa dos acontecimentos, e conta ao leitor suas memórias, algum tempo após o início do conflito, já em Minas Gerais. A versão que se tem dos episódios, portanto, passa por seu crivo, suas idiossincrasias e pela distância temporal, que pode distorcer a realidade.

Embora exista a classificação “romance histórico”, o qual tem como pano de fundo algum acontecimento marcante da História, o substantivo romance já subentende ficção, não se aplicando, portanto à exigência de uma reprodução fiel da realidade. Igualmente há a narrativa de memórias, que, da mesma forma, traz reminiscências, anos após os fatos acontecidos, pela pena do autor. Segundo Iser, “a oposição entre realidade e ficção faz parte de nosso ‘saber tácito’” (ISER, 1996, p. 13), ou seja, desconsidera o real existente no fictício e aborta as relações intra e extra textuais existentes nos textos literários. Se assim não o fosse, estar-se-ia diante de uma biografia ou de

uma notícia de jornal. A realidade histórica, portanto, é a matéria-prima sobre a qual trabalha o artista quando recria a realidade. Conforme o autor: “Ora, como o texto é ficcional, automaticamente invoca a convenção de um contrato entre autor e leitor, indicador de que o mundo textual há de ser concebido, não como realidade, mas como se fosse realidade” (ISER, 2002).

Um colega de Josefino era Antero Forjaz, o novo guarda-livros, um personagem, nas palavras do narrador, “indiscreto, falava demais, às vezes até mentia. Tinha sempre uma notícia para dar: anunciava os movimentos da esquadra, conhecia todos os movimentos dos revoltosos” (1994, p. 76). Aos poucos, foi-se revelando um homem misterioso e estranho, faltava ao emprego, dando desculpas estapafúrdias. “Nos teatros, nos botequins, em toda parte, falava sem reserva, mostrando cartas, citando nomes; [...] tinha orgulho em apresentar-se como federalista”. O narrador repete, mais adiante: “O certo, porém, é que escrevia cartas”, as quais não se consegue saber se realmente as enviava.

Forjaz chamou Josefino à casa de Mary, uma meretriz. Na ocasião da visita, soube que Forjaz estava sob suspeição. No dia seguinte, a moça chamou Josefino para avisar que Forjaz tinha sido preso e que muitas das cartas que ele escrevera foram confiscadas pela polícia. Mary contou a Josefino que, certa feita, encontrara mais de seis missivas de Forjaz, umas dirigidas a oficiais da Marinha; outras, a um jornal do Porto. Tentando salvar seu funcionário, Josefino dirigiu-se à delegacia, conversou com um policial amigo, Julião Saboia, mas sem sucesso; não conseguiu libertar Forjaz.

Conforme Laurentino Gomes, Floriano Peixoto era “minucioso e detalhista à frente do governo, gostava de receber cartas anônimas, com denúncias e mexericos às vezes contra os próprios aliados. Ministros foram nomeados e demitidos apenas pelas revelações dessas cartas” (GOMES, 2013, p. 354). Forjaz, personagem enigmático, assemelha-se à descrição de Marechal Floriano, feita por Laurentino Gomes: “sua vida particular foi sempre obscura, cercada de mistério. [...] foi sempre um enigma para jornalistas, historiadores, biógrafos, escritores, cronistas,

pela dificuldade em decifrar seu caráter” (GOMES, 2013, p. 348). O interessante, nesse caso, é a semelhança de comportamento de ambos, pessoa e personagem.

Na noite seguinte, Julião dirigiu-se à casa de Josefino para dizer que as cartas apreendidas, escritas por Ferraz, revelavam que Josefino era simpatizante da causa de Custódio, ou melhor, “um dos mais fervorosos partidários” (COELHO NETO, 1994, p. 84) e que tinha “grande entusiasmo pelo Gumercindo¹”. O policial deixou Josefino mais apavorado quando disse que “eu estou lá dentro, sei como tudo se faz: quando há suspeita, o desgraçado pode invocar todos os santos da corte do céu porque não sai mesmo. Há lá gente que, por muito menos do que isso de que te acusa o Forjaz, sofre horrores” (COELHO NETO, 1994, p. 85).

A saída encontrada pelo policial foi um salvo-conduto com um codinome para Josefino, que doravante se chamaria de Firmino Caroba. Aconselhou-o a partir para Minas Gerais onde

“não entrara a lei sangrenta e despótica que oprimia o povo fiscalando-o, constringendo-o com a ameaça sinistra de cárceres e fuzilamentos” (COELHO NETO, 1994, p. 93).

Engrossava a perturbação de Josefino, um fato que ocorrera pouco tempo antes, quando estava no Londres – um restaurante do centro da Capital. Três rapazes conversavam sobre a situação política do país e o seu possível engajamento em lutas armadas. Falavam do federalismo e um deles era entusiasta de Silva Tavares². Cederam um lugar a Josefino, que ficou ouvindo suas conversas. Quando se levantaram para partir, Josefino percebeu a presença de dois homens que o espreitavam. Imediatamente, lembrou-se de que Forjaz havia dito que “havia muita gente suspeitada. A cidade está cheia de secretas” (COELHO NETO, 1994, 1994, p. 33). Ligou essa suspeita à sua simpatia aos ideais do Politeama, grupo abolicionista, ou a um possível acordo com o trio revolucionário. Com essa suposta ameaça, não teve mais paz, não conseguia dormir. Fato

semelhante ocorreu com Olavo Bilac: denunciara na sua coluna diária que já estava sendo vigiado por um agente e que, por conta disso, passara uma noite “torturante” (SILVA, 2001, p. 153).

Lima Barreto, em *O triste fim de Policarpo Quaresma*, confirmaria o ambiente hostil que se instaurou na Capital naquele momento:

A cidade andava inçada de secretas, familiares do Santo Ofício Republicano, e as delações eram moedas com que se obtinham postos e recompensas. Bastava a mínima crítica para se perder o emprego. [...] O chefe de polícia organizara a lista de suspeitos. [...] Demais surgiam as vinganças mesquinhas, o revide de pequenas implicâncias (BARRETO, 1994, p. 97).

O protagonista passou a correr desesperadamente contra um destino traçado a ele, como se tudo não passasse de um pesadelo. As organizações e as estruturas vigentes, na sociedade mostrada pelo olhar de Josefino, em vez de atuar em prol do bem-estar da população, contra ela se colocaram. Coelho Neto, de forma alegórica, estabeleceu uma analogia com situações reais, absurdas, incompreensíveis, que se formaram na vida cotidiana da Capital durante o período que durou a Revolta da Armada. A agonia, cujo sofrimento não vinha apenas da situação em si, mas da falta de esclarecimento pelo que estava ocorrendo, impedia Josefino de encontrar alguma resposta, fugindo sem olhar para trás, tanto que deixou a mãe à beira da morte antes de partir para o exílio.

A viagem de desterro correu tranquilamente, mas o protagonista permanecia em constante pavor, suspeitando de tudo e de todos. Somente quando o trem entrou no território mineiro, Josefino logrou algum descanso. Chegou, finalmente, a Carandaí, no interior de Minas Gerais, para ficar hospedado na casa de Amaro, na fazenda dos Três Córregos.

Amaro, republicano, relatou que em Minas Gerais já faltavam gêneros alimentícios, uma “falta de tudo” (COELHO NETO, 1994, p. 113). Disse a Josefino que não sofreriam calados e que, se o gado não descesse de Minas Gerais, não tinham onde buscá-lo. Quanto ao local escolhido para o desterro, onde existia a paz, pode-se inferir que esse Estado não compactuava com os desmandos do “vice-presidente”, não por condenar as decisões arbitrárias, mas por não participar do poder. Pela voz de um personagem local, pressente-se já um mal-estar inicial entre os governos (mineiro e federal) que, anos depois, resultaria em uma política bilateral, enfraquecendo a elite do Rio de Janeiro.

O ambiente da fazenda assemelhava-se aos campos bucólicos do Arcadismo, propícios ao enlevamento e ao convívio harmonioso da natureza com os pastores. No íntimo de Josefino, no entanto, pulsava uma alma romântica, inquieta, saudosa da pátria que deixara em função do exílio compulsório: “a vida me parecera aprazível e boa, descansada e feliz [...] foi-

se tornando insípida [...] sem acidentes, enfasiadora e morosa” (COELHO NETO, 1994, p. 119).

Na fazenda, a escravidão permanecia. Negros eram maltratados, eram péssimas as condições de higiene e de alojamento. O narrador conta que ouvia um menino enfermo, choramingando, arrastando-se pela casa, perseguido pelas moscas e pela imundície. Josefino não se comove com as cenas que vê e ainda acrescenta: “Um negro caduco era o meu maior divertimento. Ia vê-lo, de quando em quando, ao quarto onde ele vivia [...]. Quando me via, rosnava apanhando as palhas, defendendo-as como um avarento defenderia seu tesouro”. Conta o protagonista que o dono da fazenda, Amaro, “guardava-o como relíquia. Era o mais antigo negro da casa, fora pajem do avô” (COELHO NETO, 1994, p. 120).

É interessante a postura de Josefino que, por receio das represálias, não aderira à campanha abolicionista. Nesse momento do romance, confirma-se que a simpatia inicial pela causa realmente era pálida porque o narrador não colocou em prática, quando necessário, as ideias que o emocionaram tempos

antes. Igualmente, pela época da narrativa, em pleno mandato de Floriano, a escravidão já tinha sido abolida há, no mínimo, cinco anos e ainda se mantinham escravos “como relíquias”, maltratados e presos nas senzalas. Sendo o Autor um abolicionista, supõe-se que tenha traduzido em Josefino a postura de uma sociedade hipócrita e, ao mesmo tempo, desobediente às leis maiores do país. Estando em solo mineiro, longe dos olhos da elite carioca, essa passagem pode também se remeter aos latifundiários de Minas Gerais, onde a ordem era definida pelos coronéis, a cabresto, e não pelos auspícios de um novo formato de sociedade – republicana e livre.

Os jornais chegavam até a fazenda dando conta da situação de caos no Rio de Janeiro. Certo dia, uma notícia informava que Josefino, “amigo dedicado de Custódio de Melo”, havia fugido para a Europa, mas descobriram que se achava em Minas Gerais. Ao final do relato, desmentiam-se os boatos e confirmava-se que o rapaz estava a bordo do Uranus³.

Josefino ficou enfurecido, sentindo-se difamado, pensando na mãe, na noiva, nos amigos, no chefe, que veriam nele um revoltoso, um traidor. Situação análoga ocorreu realmente com Guimarães Passos e Pardal Mallet, amigos de Coelho Neto, conforme se desenvolve mais adiante, pois ambos embarcaram no Aquidaban, mas como meio de fugir do país.

Nervoso pela repercussão que a notícia pudesse ter causado em sua mãe, Josefino resolveu escrever a ela. Amaro imediatamente o proibiu, alegando que: “nada de cartas, eram todas abertas no correio” (COELHO NETO, 1994, p. 131); ou seja, as liberdades civis continuavam negadas. Alfredo, um pajem que morava na fazenda, foi mandado à Capital para manter contato pessoal com a mãe de Josefino. Os dias passavam e o menino não retornava, causando apreensão em todos e, inclusive, a desconfiança de que poderia ter desvirtuado para caminhos de perdição. A notícia chegou bombástica: Alfredo havia sido recrutado à força pelas tropas florianistas a

fim de defender a Capital dos revoltosos, tal como ocorrera com Guimarães Passos, aliciado compulsoriamente a servir à pátria. Para não causar mais suspeitas, o próprio padre local iria até a casa de Josefino para acalmar a mãe do fugitivo.

7 Considerações sobre o romance

Não se pode afirmar que Josefino Soares seja Olavo Bilac, ou José do Patrocínio, tampouco Pardal Mallet tendo em vista que o narrador é ingênuo e sem posicionamento político. O protagonista do romance passou por muitas das agruras semelhantes às que vivenciaram os amigos envolvidos: a fuga de Olavo Bilac para Minas Gerais e o recrutamento forçado de Guimarães Passos. A perseguição política e os ataques policiais que sofreu o jornal *O Combate*, pelas críticas de Pardal Mallet a Floriano Peixoto e sua forma de governar, foram retratadas nos bombardeios que sofreu o escritório de Luís Farinha, obrigando seus funcionários a ficarem de prontidão escondidos

na parte inferior do prédio. A boataria em torno da morte de José do Patrocínio foi fomentada porque, dentre todos, foi o mais atingido e, por ser o mais temido, “o mais severamente tratado. Preso, foi deportado para Cucui e chegou a constar, como boato, que havia sido fuzilado” (MACHADO NETO, 1973, p. 115). Em *Fogo fátuo*, Coelho Neto retomou esse episódio, quando Patrocínio esforça-se para provar a Neiva (Paula Nei) e a Anselmo (Coelho Neto) que estava vivo.

Assim como se encontram analogias a colegas de profissão na pele dos personagens de *O morto* e de *A conquista*, o próprio Autor também se imiscui no perfil de Josefino. Conforme Ubiratan Machado, baseado em um depoimento de Quintino Bocaiúva, quando de uma reunião abolicionista no Politeama, no dia 6 de agosto de 1886, “o teatro viu-se atacado um bando de capoeiras, capitaneado pelo célebre facínora Benjamin, que foi logo subjugado e desarmado pelo moço escritor Coelho Neto” (MACHADO, 2009, p. 261-262). A alcunha de “arruaceiro”, aos que frequentavam esse local, dada pelo futuro sogro de Josefino, pode ter referência ao ataque

relatado por Quintino Bocaiúva. Os que eram contrários à ordem vigente, comandada pela elite agrária, eram vistos como agitadores. Cabe lembrar que o Autor, quando jovem, tentou ser médico, tal como era o sonho de Josefino antes de seu pai falecer.

A família de Amaro era composta por sua esposa e sua filha, Lavínia, a qual tinha crises nervosas: cantava, ria, chorava, gritava, deixando todos perplexos e sem saber como proceder. O pai não sabia se o motivo da moléstia da filha era realmente de fundo emocional ou provocada pelo casamento, pois era tio de sua esposa. A menina encantou-se por Josefino, cuidando de suas coisas, arrumando seu quarto, colocando flores para enfeitar o ambiente. Sentindo o assédio da moça e tentando livrar-se de algum problema, refugiava-se no quarto, alegando enxaqueca.

Nesse ínterim, Josefino ficou muito doente, com uma febre que lhe tirou os sentidos, sendo cuidado com muito desvelo por Lavínia. Quando acordou, parcialmente curado, recebeu a notícia de que um homem, vindo da Capital, passara

pela fazenda. Amaro pediu notícias da insurreição e ficou chocado ao saber que: “caem balas na cidade todos os dias, tem morrido uma infinidade de gente, há não sei quantos prédios derrubados e da Ilha das Cobras já começaram a fazer fogo para a terra” (COELHO NETO, 1994, p. 159). O pior, porém, estaria por vir, pois a notícia que se espalhou no Rio de Janeiro era de que Josefino estava morto, tendo sido fuzilado em Sepetiba. Contavam que, em uma tentativa de abordagem aos navios, Josefino e mais cinco marinheiros teriam resistido e sido mortos a bala.

Lavínia, incansável ao lado do leito de Josefino, quando o rapaz acordou, complementou a informação: que o cadáver de Josefino tinha sido reconhecido por um oficial, amigo do morto. Com essa notícia, Josefino teve uma recaída e permaneceu “entre a vida e a morte” por um mês – supostamente um coma. Quando, finalmente, recuperou-se, Amaro relatou a ele os pormenores de sua “morte”, cheia de detalhes. O arauto era Loubeira, uma pessoa das relações da família, mas que não conhecia pessoalmente o narrador, que afirma: “Mas Amaro,

esse Loubeira representa bem o tipo do fluminense [...] são todos assim: aceitam, **sem discussão**, o primeiro boato como verdade incontestável” (COELHO NETO, 1994, p. 162, grifo nossos).

O romance emprega seguidamente elementos estranhos, ou seja, pessoas aparecem e anunciam os fatos. O interessante é que todos conhecem Josefino mesmo ele sendo um simples funcionário de uma empresa de exportação de café. O narrador sente-se perseguido, e o leitor não acredita que chegue a tanto sua paranoia; todavia, quando tudo parece serenado, um personagem inesperado aparece, confirmando as suspeitas de Josefino e surpreendendo o leitor.

Até então, o padre não havia partido à Capital, pois o estado de saúde de Josefino poderia alterar as notícias que seriam dadas à mãe do morto. Tão logo o rapaz recuperou-se, o pároco pôs-se a caminho. Quando retornou, tempos depois, trazia as missivas da mãe e da noiva, presentes, roupas e charutos. Contou os horrores da Revolta na cidade: a população continuava sitiada e os bombardeios não cessavam. Agravando

a crise, os gaúchos, pela mão de Gumercindo, “vinham em massa abrindo veredas nas matas, arrastando a artilharia por montes e vales [...] Já deviam estar perto de São Paulo” (COELHO NETO, 1994, p. 184).

Os afetos que Josefino deixara no Rio de Janeiro acreditavam piamente na morte do rapaz. Custaram a acreditar que realmente estivesse vivo, não fossem as cartas que enviava às duas por intermédio do religioso. Ficou combinado que a mãe o encontraria em Juiz de Fora, no domingo seguinte. Quando do encontro, o mistério revelou-se, pois, durante a precipitação da fuga, Josefino deixara cair um cartão com o endereço de outro amigo mineiro; para lá sua mãe enviava as cartas, que ele, por esse engano, não recebeu. E o dono dessa outra fazenda informara que Josefino nunca tinha chegado lá.

De volta à Capital, pois a Revolta havia terminado, Josefino teve dificuldades para provar que estava vivo: “Na Rua do Ouvidor, mostravam-me a dedo, chamavam-me o morto. Outros finados quebraram as pesadas lajes dos túmulos e surgiam” (COELHO NETO, 1994, p. 193), configurando-se a

ironia utilizada pelo Autor para retratar a perseguição política, as várias mortes decorrentes dela e o reaparecimento daqueles que conseguiram se esconder para não morrer.

Coelho Neto, após ter participado ativamente da campanha abolicionista e da deposição da monarquia, no momento da Revolta da Armada, assistia com aparente passividade aos desmandos de Floriano Peixoto. Anos depois, por intermédio desse romance, criou um personagem, Josefino Soares, homem do povo, que se empolgou com a libertação dos escravos, mas sem criticidade política suficiente, um perfil que abortava uma atitude mais incisiva. A representação social que o texto traz revela como se portava o grosso da população, em sua maioria analfabeta, e é pelo olhar desse narrador que o leitor concebe um panorama da Capital naquele momento.

Na terceira parte de *O triste fim de Policarpo Quaresma* (1911), motivado pela Revolta da Armada, Quaresma volta do campo, abandonando seus projetos pessoais para apoiar Floriano Peixoto a superar esse conflito. O tom de crítica velada e metafórica que aparece no romance coelhonetiano, por medo

de represálias, é superado em muito pela voz de Lima Barreto. Quaresma, militar, tem as mesmas punições que os opositores reais de Floriano sofreram, inclusive sendo transferido para a Ilha das Cobras, pena semelhante à de Bilac, enviado para a Fortaleza do Lage. A retaliação de Quaresma foi dolorosa, pois foi mais um dos executados pela tirania do Marechal de Ferro. O assunto teve grande impacto na população letrada, confirmando que não só opositores políticos, mas também os intelectuais sofreram represálias do ditador.

A abolição e a República modernizaram o país institucionalmente; todavia, os avanços não se estenderam à sociedade brasileira, pois as mazelas que emperravam o Brasil – o analfabetismo, as doenças decorrentes da falta de saneamento, a precariedade das habitações – permaneciam. Os boêmios de 1883 a 1886 que procederam dos românticos paulistas atravessaram vitoriosos a campanha abolicionista e entraram felizes e unidos pela República. Floriano, no entanto, reagiu, seguro e severo, deportando e prendendo alguns; outros fugiram, escondendo-se no interior do país ou em outras nações.

“Durante dois anos, não se viu, no Rio, uma roda literária, nas livrarias, nos teatros, nos cafés, nas confeitarias” (CAMPOS, 1933, p. 161-162). Quando retornaram à Capital, o cenário modificara-se, não mais havia o ambiente profícuo que haviam deixado: “uma sociedade nova, utilitária e burguesa, levantara-se sobre os destroços da aristocracia imperial” (CAMPOS, 1933, p. 161-162). Segundo José Murilo de Carvalho, entre as elites, houve, sem dúvida, a sensação de libertação, atingindo as ideias, os sentimentos e as atitudes (CARVALHO, 2005, p. 26); entretanto, a fuga de Olavo Bilac, Guimarães Passos e outros indicou que não foi pacífica a convivência entre o novo regime e os intelectuais.

O resgate interdisciplinar, entre História e Literatura, daria a devida valoração a quem muito contribuiu para tentar mudar o rumo para o qual o país lamentavelmente caminhava e, por esse intento, foram condenados e presos. Poucos, porém, conseguiram se reerguer doravante a perseguição de Marechal Floriano Peixoto. Segundo Sevcenko, Coelho Neto e Olegário Mariano (frequentador das reuniões literárias promovidas por

Coelho Neto) são modelos significativos de autores que “introduziram a fissura mais profunda e irremediável dentre o grupo intelectual”. Bilac também pode ser incluído nesse grupo, o dos “vencedores”, que conseguiu acesso aos grupos arrivistas da sociedade e da política, “desfrutando, a partir de então de enorme sucesso e prestígio pessoal, elevados a posições de proeminência do regime e de guias incondicionais do público urbano” (SEVCENKO, 2003, p. 131).

Quem sabe esteja próximo o momento em que o autor de *O morto* poderá abandonar finalmente o incômodo e excêntrico papel de “‘escritor maldito’ a que o condenaram, ironicamente, os adversários” (ALMEIDA, 1994, p. 9). Quiçá consiga-se inverter a apreciação metonímica, que condenou “a parte pelo todo”, para pinçar as obras que foram mais bem elaboradas e significativas, que revelam Coelho Neto “acima de tudo, como um cronista do viver da pequena e média burguesia carioca na virada do século” (ALMEIDA, 1994, p. 9).

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Pardal Mallet:** Biografia. Rio de Janeiro: ABL, [200- ?]. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/pardal-mallet/biografia>>. Acesso em: 23 fev. 2016.
- ALMEIDA, José Maurício Gomes de. Coelho Neto. Escritor maldito. In: COELHO NETO, Henrique Maximiano. **O morto.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994. Prefácio.
- BARRETO, Lima. **O triste fim de Policarpo Quaresma.** São Paulo: Scipione, 1994.
- BROCA, Brito. Coelho Neto, romancista. In: COELHO NETO, Henrique Maximiano. **Obra seleta.** Rio de Janeiro: Aguilar, 1958.
- _____. **A vida literária no Brasil:** 1900. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- CAMPOS, Humberto de. **Crítica:** 2 série. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1933.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- COELHO NETO, Paulo . **Coelho Netto.** Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1942.
- COELHO NETO, Henrique Maximiano. **A conquista.** Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa, 2000.
- _____. **Às quintas:** janeiro de 1921 a dezembro de 1923. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. **O morto:** memórias de um fuzilado. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.
- FARIA, Octávio de. **Coelho Neto:** romance. Rio de Janeiro: Agir, 1958.
- FORTE tamandaré da Lage. Wikipédia. [2014]. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Forte_Tamandar%C3%A9_da_Laje>. Acesso em: 10 jan. 2014.
- GOMES, Laurentino. **1889:** como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República do Brasil. São Paulo: Globo Livros, 2013.
- ISER, Wolfgang. **O fictício e o imaginário:** perspectivas de uma antropologia literária. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

_____. O jogo do texto. In: LIMA, Luiz Costa. **A literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

JOSÉ do Patrocínio. **E-Biografias**. [2016]. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/jose_patrocinio/> Acesso em: 22 fev. 2016.

LOPEZ, Luís Roberto. **História do Brasil contemporâneo**. 5. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

MACHADO, Ubiratan. Jornalista, abolicionista, capoeirista. In: _____. **Coelho Neto**. São Paulo: Global, 2009 (Coleção melhores crônicas).

MURARI, Luciana. Literatura e transformação da sociedade no debate intelectual brasileiro: dos “modernistas” de 1870 aos modernistas de 1922. **Revista Antares**, n. 2, jul.-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/viewArticle/408>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

NAUFRÁGIOS do Brasil.[2014]. Disponível em: <<http://www.naufragiosdobrasil.com.br/revoltaarmada.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

NOSSO SÉCULO. **1900-1910: a era dos bacharéis**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

OLIVEIRA, Franklin de. Ler Coelho Neto. In: _____. **A Semana de Arte Moderna na contramão da história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Barricadas na Academia: literatura e abolicionismo na produção do jovem Coelho Netto. **Revista Tempo**. Cultura e Movimentos Sociais. Rio de Janeiro, n. 10, 2000. Disponível em: <<http://www.historia.ufrj.br/tempo/site/?cat=38>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

REVOLUÇÃO federalista. Wikipédia. [2013]. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Federalista>. Acesso em: 28 dez. 2013.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. **Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)**. 2001. 221 f. Dissertação. (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, SP, 2001.

SODRÉ, Néson Werneck. **História da literatura brasileira**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

ZILBERMAN, Regina. **Brás Cubas autor:** Machado de Assis leitor. Ponta Grossa: UEPG, 2012.

NOTAS

¹ Este artigo é a adaptação de um capítulo de tese defendida em 07 de novembro de 2016.

² “A Revolução Federalista de 1893 no Rio Grande do Sul contou com aproximadamente com 10 a 12 mil pessoas mortas, incluindo cerca de duas mil degolas coletivas. De um lado, os republicanos fiéis ao presidente Floriano Peixoto e ao governador Júlio de Castilhos, também conhecidos como legalistas ou pica-paus devido à cor do uniforme que usavam. De outro, os rebeldes federalistas, chamados de maragatos, sob a chefia política de Gaspar Silveira Martins, recém-retornado do exílio, e o comando militar do caudilho uruguaio **Gumercindo Saraiva**” (GOMES, 2013, p. 358, grifo nosso).

³ As desavenças com os pica-paus, partidários de Júlio de Castilhos, iniciaram-se com a concentração de tropas sob o comando do maragato João Nunes da **Silva Tavares**, o Joca Tavares, barão de Itaquí, em campos da Carpintaria, no Uruguai, localidade próxima a Bagé (WIKIPEDIA, grifo nosso)

⁴ Segundo o site Naufrágios ([2014]) do Brasil, os navios revoltosos da Revolta da Armada eram: Aquidaban (encouraçado), Araguari (torpedeira), Esperança (cruzador auxiliar), Iguatemi (torpedeira), Javari (encouraçado fluvial), Madeira (navio transporte), Marajó (canhoneira), Marcílio Dias (torpedeira), Pereira da Cunha (cruzador auxiliar), República (cruzador), Sete de Setembro (encouraçado), Tamandaré e Trajano (cruzadores). Durante o movimento, diversas embarcações civis foram confiscadas pelas forças revoltosas para suprir as necessidades dos navios e tripulantes da esquadra no transporte de combustível, munição e víveres. Foram, então, incorporados às forças rebeldes, os seguintes navios: Júpiter, Marte, Mercúrio, Paraíba, Vênus, **Uranus** e Pallas (todos da Companhia Frigorífica Fluminense); Adolpho de Barros, Gil Blas (Navegación Lage); Meteoro (Loide Brasileiro); Luci, Vulcano, Glória, Bitencourt (todos da Wilson and Sons) (grifo nosso).

Recebido em: 11-09-2016

Aprovado em: 08-02-2017

Publicado em: 12-03-2017